



HAL
open science

O papel dos historiadores franceses na tímida renovação historiográfica portuguesa (1939-1974)

Christophe Araujo

► To cite this version:

Christophe Araujo. O papel dos historiadores franceses na tímida renovação historiográfica portuguesa (1939-1974). Caminhos da historiografia, seminário 4 Historiadores expatriados e historiadores estrangeiros, Universidade de Évora, Jan 2024, Évora, Portugal. hal-04393261

HAL Id: hal-04393261

<https://hal.science/hal-04393261v1>

Submitted on 14 Jan 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License

Título: O papel dos historiadores franceses na tímida renovação historiográfica portuguesa (1939-1974)

Christophe Araújo, 9 de janeiro de 2024

Caminhos da historiografia, seminário 4, Évora,

Gostaria em primeiro lugar de agradecer a comissão de seleção por ter aceito a minha proposta e dou os meus parabéns aos e às organizadoras deste seminário de historiografia, que sigo desde o início e lamento o facto de não poder seguir a quarta edição.

Esta apresentação debruça-se na relação historiográfica entre Portugal e França desde o início da Segunda Guerra mundial até o derrubar do regime autoritário português em 25 de abril de 1974. A principal pergunta que subjaz esta temática é de questionar o peso da historiografia francesa, nesta altura, bastante dinâmica, e também dos historiadores franceses, na produção e na vida académica das e dos historiadores portugueses. De certa forma, é um vai e vem entre Portugal e França, sob o olhar da escrita da história e das e dos seus principais produtores os historiadores.

Pretendo começar com uma rápida comparação das comunidades historiográficas dos respetivos países. Um primeiro aspeto que temos de ter em mente é o hiato entre a comunidade historiográfica portuguesa e a francesa, devido ao fosso económico entre os dois países. O número de pessoas ativas com um lugar numa instituição pública é muito mais alto em França do que em Portugal, já que em Portugal, só existem duas faculdades de letras até a recriação da FLUP em 1961, enquanto em França, temos, 18 Universidades onde existem departamentos de história (até mais se temos em conta as criações universitárias com a divisão de Paris depois de maio de 1968). Apesar da diferença demográfica entre os dois países, podemos salientar uma comunidade historiográfica francesa mais espalhada pelo país e sobretudo mais numerosa. Observamos que Portugal tem muito menos historiadores que nos países da Europa do Leste até em comparação com países com o mesmo peso demográfico. Também, a presença dos historiadores nos currículos universitários é mais antiga em França do que em Portugal: criada na década de 1880 em França, a licenciatura de história é autónoma em 1907, enquanto em Portugal, temos de esperar pela reforma universitária de 1911 para ver uma licenciatura em história, mas com uma ligação à geografia e depois à filosofia entre 1930 até a década de 1960,

o que não acontece em França. Ou seja, podemos evidenciar que a comunidade histórica portuguesa é menos numerosa e mais recente do que a portuguesa.

Acrescento agora a dimensão política aos critérios económicos e académicos considerados agora. Como é sabido, se a França tem um regime democrático – apesar dos seus limites nos territórios ainda colonizados –, Portugal é dominado por um regime autoritário onde o governo vigia a meio académico. Claro, se há imperfeições em França, não é comparável com a situação portuguesa. De facto, todas as candidaturas às vagas na academia são submetidas à polícia política portuguesa onde a adequação política com o ideário do Estado Novo das e dos candidatos é verificada, isto é, a partir do decreto-lei nº25 317 de 13 de maio de 1935. Temos então de ter em mente este critério fundamental de seleção por motivos políticos que tem consequências óbvias para as pessoas ligadas aos grupos em oposição à ditadura que não conseguem ter uma posição académica. Ou seja, ao falar da comunidade historiográfica portuguesa, não podemos limitar-nos aos que são historiadores profissionais. Este aspeto é fundamental nesta comunicação. Adotei uma perspectiva dupla, entre França e Portugal, que vou agora seguir com o fio condutor dos historiadores franceses.

I) Olhares portugueses sobre a produção historiográfica francesa

Ao tratar das considerações portuguesas sobre a comunidade historiográfica, ou seja, dos historiadores franceses, temos de ressaltar o passado deste olhar. Há de lembrar que os historiadores, tal como a maioria das pessoas que fizeram estudos em Portugal –o que significa muito pouca gente– falavam francês antes do inglês e então, era a língua estrangeira mais falada pelos meios cultos portugueses. Vigorava então uma melhor receção dos trabalhos dos historiadores franceses, mais do que os alemães, no final do século XIX e início de século XX, momento chave para a historiografia da época contemporânea. Historiadores portugueses até redigiram diretamente em francês tal como Joaquim Bensaúde que publicou vários artigos e livros nesta língua. Então, com a ditadura que se impõe em Portugal, o francês era uma língua dominada. Porém, com o passar das décadas, basta olhar para as bibliografias de certas produções de historiadores para observar que há poucas referências aos trabalhos franceses.

O que pode explicar isso? Um primeiro elemento, sem qualquer fundamento político, é o facto de a comunidade historiográfica portuguesa escrever quase exclusivamente sobre a história de Portugal. Havia, e ainda há, uma esmagadora focalização sobre assuntos

portugueses na academia lusa. Tendo em conta, como o veremos, o interesse limitado da historiografia francesa pela história de Portugal, não havia muitas publicações para referir em língua francesa o que poderia explicar esta débil representação da literatura francesa nos trabalhos portugueses. Porém, quando a Segunda Guerra Mundial desata, o meio historiográfico português olha à distância os combates, mas começa também a observar com mais atenção alguns dos dinâmicos grupos científicos de Europa.

Destaquei na minha tese de doutoramento a importância da década de 1940 para o meio historiográfico português porque há uma discrepância que aumenta cada vez mais entre as práticas historiográficas dos historiadores opostos ao regime ditatorial e os que aceitaram o quadro ditatorial. De facto, os historiadores em oposição, na senda de Vitorino Magalhães Godinho, vão cada vez mais escrever uma história económica e social, tal como a desenvolvida em França pelos autores da revista dos *Annales*. A França é então o principal modelo metodológico, com a historiografia em língua inglesa. Como falarei da importância dos autores franceses para eles na última parte, não vou mais além aqui.

Do lado dos historiadores que aceitaram o regime, há uma clara tendência em não alterar as práticas historiográficas, influenciado pela história metódica, focada nos assuntos de história política, nos grandes vultos da história portuguesa. Basta pegar o exemplo de Salvador Dias Arnaut, historiador da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Num dos seus livros que foi galardoado pelo prémio Alexandre Herculano do Secretariado Nacional de Informação. Num livro de história batalha, onde o principal objetivo é descrever o decorrer do confronto entre os castelhanos e os portugueses, há uma centena de referências bibliográficas portuguesas onde os autores estrangeiros são escassos: 13 são de autores espanhóis, desde o século XVII ao século XX. 4 livros de dois autores de língua inglesa - Aubrey Fitz Gerald Bell, autor inglês, e Peter Edward Russel, neozelandês -, três dos quais traduzidos para português. Em francês, são citados 2 livros: um de Froissart e outro de Édouard Perroy. Finalmente, é citado um autor holandês do século XVIII, Thomas Rymer, que escreve em latim, e o historiador alemão Henrich - que é mencionado na bibliografia com o nome próprio Henrique - Schaefer. Sei bem que dar um só exemplo pode fragilizar as minhas achegas, mas esta observação pode ser generalizada aos outros centros de história portuguesa.

Porém, até nos círculos que aceitaram o regime, existem contraexemplos que contrariam a generalização feita. Virgínia Rau e Jorge Borges de Macedo em Lisboa são bom exemplos de autores atentos à produção francesa. Assim, dos 75 títulos citados em *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, Bertrand, 1943, 34 foram escritos noutras línguas que não o português, ou seja, quase metade dos livros; os autores estrangeiros,

por vezes citados em várias obras, são 7 franceses, 7 espanhóis, 4 alemães, 4 italianos, 1 britânico e 1 belga. Então vemos aqui, que historiadores atentos à história económica e social, os franceses são citados com mais frequência.

Após este breve panorama, vamos agora olhar o ponto de vista oposto, ou seja, estar atentos às considerações dos historiadores franceses sobre a história de Portugal.

II) Considerações francesas sobre a historiografia portuguesa

Podemos logo afirmar que há um interesse limitado aos trabalhos dos historiadores portugueses, ainda na atualidade, tirando os poucos historiadores que se focaram sobre Portugal ou que estão ligados aos estudos ibéricos. Porém, existem certos nomes que atraíram a atenção dos franceses. A existência de recensões críticas de obras portuguesas são sinais desta observação. Por exemplo, os trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho foram bem recebidos como o mostra a recensão crítica de Pierre Vilar do seu livro *Prix et Monnaies*. Na recensão crítica de um dos livros de Vitorino Magalhães Godinho, Pierre Vilar observa: « Ele tem um outro interesse: ele põe-nos em contacto dos trabalhos em curso ou recentemente publicados pelos jovens historiadores e economistas portugueses. E ele nos revela também nomes dignos de ser lembrados entre os economistas ibéricos dos confins dos séculos XVIII e XIX, que sabem tão bem refletir, e em particular no movimento dos preços. » Vemos então a curiosidade pelos trabalhos portugueses, num momento em que os artigos da revista dos *Annales* são lidos com atenção em vários países.

Do outro lado, há de salientar as críticas que certos livros portugueses receberam de franceses, testemunhando de uma certa severidade francesa para com os seus pares portugueses. Ao retomar o exemplo do livro de Salvador Dias Arnaut analisado na primeira parte, podemos ver que o livro é bastante criticado. Yves Renouard, afirma:

« Mas a relativa modéstia dos números, mapas e planos de batalha, o seu estudo dos actos régios do ano e a rapidez das comunicações tornam as suas conclusões aceitáveis: a batalha ter-se-ia desenrolado mais ou menos como Fernão Lopes a relata, no dia que indica (fins de maio ou princípios de junho de 1385). A veracidade geral do grande cronista nacional português é assim reforçada pelo teste muito preciso a que o seu relato foi submetido neste caso particular. [...] O Sr. Dias Arnaut não tenta comparar esta batalha com outras da mesma época: não cita nem Delbrück, nem Oman, nem Ferdinand Lot, cujas obras fundamentais de história militar o poderiam ter ajudado a fazê-lo. »

Vemos então que o trabalho de um historiador que aceitou o regime ditatorial e que escreve um a história batalha é criticado pela sua falta de abertura.

Além dos livros, existem também pareceres mais gerais sobre o estado da historiografia portuguesa. Com o artigo de Frédéric Mauro, temos um bom exemplo da maneira como era vista a produção historiográfica portuguesa. O seu relatório é simultaneamente esperançoso e crítico em relação a vários aspectos da investigação histórica. Em primeiro lugar, constata que “a investigação está ligada ao ensino superior de uma forma bastante variável”, referindo-se às ligações entre a investigação e os diferentes centros universitários. Sublinhou também a importância do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e os recursos públicos afectados, nomeadamente para as comemorações imperiais, onde “é mobilizado um verdadeiro luxo de recursos”, observando que “há apenas uma reserva: o esforço, por razões fáceis de adivinhar, é muito maior para as províncias ultramarinas do que para a Metrópole”. Frédéric Mauro observou aquilo a que chamou uma ciência histórica tradicional, “apegada a velhos hábitos intelectuais [...] por vezes até à caricatura”. E apresenta quatro pontos que considera críticos da historiografia portuguesa: o desconhecimento da bibliografia estrangeira; o interesse demasiado exclusivo pelos problemas nacionais; a total ignorância das outras ciências sociais; e o gosto exagerado pela erudição pela erudição.

Um outro e último ponto de vista de um historiador francês pode ser apresentado: o de Albert Silbert na sua introdução de *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime, XVIIIe – début du XIXe siècle, Contribution à l’histoire agraire comparée*.

“As dificuldades que encontramos devem-se sobretudo ao contraste entre as ambições que tínhamos e os recursos disponíveis para a investigação histórica em Portugal. [...] Foi para Portugal que, a conselho de Fernand Braudel, nos voltámos. Esta escolha teve o mérito da novidade. Mas se o papel de pioneiro tem as suas vantagens (não dá direito a alguma indulgência?), tem também os seus inconvenientes. A insuficiência da bibliografia de base é menor. O risco de fracasso total é infinitamente mais grave. E é a impressão de fracasso que tivemos em várias ocasiões. A base de dados documental com que tínhamos sonhado não estava em lado nenhum. Não encontramos nenhuma fonte estatística que permitisse um estudo completo da propriedade e da agricultura, nenhuma que conduzisse a uma análise científica do movimento da produção, do rendimento e mesmo dos preços, nenhuma que permitisse um exame preciso da paisagem rural e dos seus pormenores. Por outras palavras, a aplicação dos métodos rigorosos da história económica, social e geográfica, tal como são concebidos e praticados atualmente, parece-nos impossível. E será preciso um milagre para que isso volte a acontecer.”

Aflora nesta observação as péssimas condições portuguesas para um historiador francês e as insuficiências da produção historiográfica para alguém que pratica a história económica e social, então forte em França.

III) Acolher os académicos expatriados: a França como refúgio historiográfico?

As e os historiadores que não se enquadravam no ideário político do regime autoritário, tiveram, às vezes, de procurar uma saída de emergência para poder viver. Vedada a carreira académica, exilar-se ou emigrar consoante as situações, apareceu em certos momentos como a única solução. A França beneficiava de uma tradição de acolhimentos dos que fugiam o regime ditatorial, a par do Brasil e da Espanha na década de 1930 para os opositores à ditadura militar. Porém, com o passar do tempo e do fim do refúgio democrático espanhol, a França tornou-se o principal país onde as pessoas fugiam por motivos políticos. De facto, com o fim da Segunda Guerra mundial, vários historiadores de diferentes países, quer da península Ibérica, como da Europa do Leste comunista, decidiram deixar os regimes autoritários (basta pensar em Bronislaw Geremek ou Krzysztof Pomian para os historiadores polacos) para trabalhar em França.

Para o caso português, Lucien Febvre foi um dos primeiros historiadores que respondeu favoravelmente a Vitorino Magalhães Godinho, ao ter conhecimento da sua situação profissional pelo intermédio de Pierre Hourcade. Lucien Febvre convidou o historiador português para vir trabalhar no CNRS em França, o que lhe vai permitir desenvolver os seus trabalhos durante a década de 1950 sobre os preços e as moedas durante o século XVII e XVIII, livro prefaciado pelo Lucien Febvre, e de defender uma tese de Estado, arguida, entre outros, por Fernand Braudel. Este último historiador, ao dirigir a EHESS a partir de 1956, vai desempenhar um papel muito importante para com os historiadores portugueses. Correspondente de Virgínia Rau, ele foi sobretudo para os historiadores expatriados um apoio contínuo na obtenção de bolsas e de vagas temporárias. Desta forma, além de António José Saraiva, Joaquim Barradas de Carvalho e Vitorino Magalhães Godinho contaram com ele e até foi um confidente para eles. Ao observar a correspondência desses historiadores com Fernand Braudel, podemos apontar os diferentes subsídios, cartas de recomendações escritas pelo historiador francês.

Também, podemos relembrar o papel de Albert Silbert, um dos únicos historiadores franceses que trabalhava sobre temáticas portuguesas e que animava um seminário onde iam jovens historiadores como Victor de Sá ou Miriam Halpern Pereira. Como Victor de Sá teve o apoio da Fundação Gulbenkian para as suas investigações, ele não ficou na dependência de uma instituição de acolhimento francês, mas esteve na proximidade dos historiadores expatriados. Miriam Halpern Pereira acampanhou o marido que tinha fugido de Portugal por

ser membro do PCP, e redigiu uma tese de doutoramento sobre a história do século XIX, tal como o fez Victor de Sá, século muito pouco estudado pela comunidade historiográfica. A França, permitiu então o desenvolvimento de temáticas quase proibidos em Portugal.

Conclusão

No decorrer desta apresentação, pretendi medir o peso das e dos historiadores franceses na historiografia e nas vidas académicas portuguesas. Desta forma, salientei como a comunidade historiográfica portuguesa olhou a francesa. Se os historiadores enquadrados nos meios académicos olharam com uma certa distância a produção historiográfica, nomeadamente a história económica e social praticada pelos autores dos *Annales*, os autores franceses eram às vezes lidos e citados nas suas bibliografias. Porém, os historiadores opostos ao Estado Novo eram muito mais atentos à história escrita pelos historiadores franceses e olhavam os historiadores franceses como a referência. Ao olhar com lentes francesas, o interesse pela historiografia portuguesa era limitado. De facto, tirando os historiadores que tinham contactos ou um interesse destacado pelos estudos portugueses, a historiografia portuguesa era pouco lida e os pareceres de Frédéric Mauro e de Albert Silbert mostraram bem os limites da produção portuguesa aos olhos de um historiador francês. Enfim, aponte o papel de certos historiadores franceses no acolhimento dos historiadores expatriados como Lucien Febvre e sobretudo Fernand Braudel que ofereceram aos historiadores portugueses umas boas condições –apesar de muitas vezes precárias– na vida académica francesa. Desta forma, a França foi um dos principais países de acolhimento, na continuidade do que aconteceu na década de 1930 e ainda mais quando o Brasil virou uma ditadura militar a partir de 1964.

Após o fim da ditadura portuguesa, acontecimento que celebramos no âmbito das comemorações do cinquentenário do 25 de abril de 1974, os historiadores expatriados decidiram na maioria dos casos de regressar a Portugal, ao abrir uma janela de oportunidade nas palavras de John W. Kingdon, para ocupar vagas na universidade portuguesa. Devido à mudança política, podemos observar uma rápida tendência para o desenvolvimento da escrita da história nos moldes da história económica e social, tal como praticada em França. Desta forma, os historiadores expatriados encarnaram no pós-revolução uma escrita da história já não marginal politicamente e historiograficamente, mas sim, como uma das práticas dominantes na produção historiográfica portuguesa.